



**CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇAS E FINANÇAS.**  
PRAÇA J.J SEABRA S/Nº, ILHÉUS-BAHIA CEP: 45650-000.

### **Parecer da Comissão de Justiça.**

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA SOBRE PROJETO DE LEI Nº 036/2023 – DISPÕE E ESTABELECE PRIORIDADE DE MATRÍCULA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA E PRIVADA, PARA FILHOS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR, NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS, ESTADO DA BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

#### **RELATÓRIO:**

Chega a estas comissões para exame o Projeto de Lei nº 016/2023, que “dispõe e estabelece prioridade de matrícula nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no município de Ilhéus, estado da Bahia e dá outras providências.” de autoria do vereador Eder Júnior.

Esta comissão é competente para exarar o respectivo parecer conforme estabelece o artigo 32 caput da LOMI; combinado com o artigo 71 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

#### **VOTO DO RELATOR:**

A proposição objeto deste parecer encontra respaldo na CF/88 em seu artigo 165 como também na Lei Complementar 101/2000.

Sendo assim este relator exara o presente parecer pela aprovação do Projeto em análise encaminhando a deliberação do Augusto Plenário desta Casa de Leis, por entendê-la constitucional.

Atendida a boa técnica legislativa e a redação empregada, este é o nosso parecer.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇAS E FINANÇAS.**  
PRAÇA J.J SEABRA S/Nº, ILHÉUS-BAHIA CEP: 45650-000.

**VOTO DA COMISSÃO:**

Nós vereadores membros das comissões de Justiça acompanhamos o parecer exarado pelo relator, por entendê-lo em consonância com a legislação pátria vigente, especialmente a Lei Orgânica e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Ilhéus, 24 de Agosto de 2023.

---

**Enilda Mendonça**  
**Presidente da Comissão de Justiça.**

---

**Ivo Evangelista**  
**Membro da Comissão de Justiça.**

---

**Eder Júnior**  
**Membro da Comissão de Justiça.**